

Acordo com bancos sai até maio

Cronograma dos credores coincide com plano do País para renegociação da dívida

PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON — O montante dos pagamentos que o País concordou em fazer aos credores oficiais para obter o reescalonamento da dívida com o Clube de Paris deve, em princípio, reduzir a margem de manobra que o governo terá na negociação com os bancos credores — terceira e última etapa do processo de normalização das relações do Brasil com a comunidade financeira internacional. Mas nenhum dos dois lados parece interessado em enfatizar dificuldades.

Uma fonte do comitê de bancos credores disse à Agência Estado que o maior obstáculo encontrado até agora — as garantias que o Brasil oferecerá pelos novos papéis da dívida reestruturada — está próximo de ser superado e previu que os primeiros contornos de um acordo poderão estar fixados em maio.

Flexibilidade — Em sua mais recente contraproposta, apresentada ao governo na semana passada, os bancos ofereceram um esquema flexível, que permitiria a acumulação gradual das garantias, começando com US\$ 2,75 bilhões que aumentaria em três anos para a casa dos US\$ 4 bilhões. Uma fonte oficial brasileira disse que a proposta foi bem recebida em Brasília. O montante exato das garantias só será conhecido depois que os bancos escolherem entre as seis alternativas de reescalocamento oferecidas pelo Brasil. Os termos financeiros desses papéis continuam em discussão, mas as diferenças entre as partes já caíram de forma significativa.

Depois de acertar os termos do acordo com os credores oficiais, na quarta-feira, o presidente do Banco Central, Francisco Gros, disse a um interlo-

cutor nos Estados Unidos que a diferença entre o que o Brasil se propôs a pagar inicialmente e concordou em pagar no final está dentro dos limites previstos pela equipe econômica e que o governo espera captar esse valor em novos empréstimos das próprias agências governamentais de crédito. Se a economia for mantida no rumo da estabilidade, as linhas de crédito ao setor público poderão ser restabelecidas tão logo o País efetive os termos do acordo com o Clube de Paris, em negociações bilaterais com cada credor. O Ministério da Economia e o Banco Central devem iniciar nos próximos dias conversas nesse sentido com as embaixadas dos países credores, em Brasília.

Cronograma — O executivo do comitê de bancos credores acentuou o efeito positivo do acordo com o Clube. “Agora que já concluíram as negociações com o FMI e com os credores oficiais, as autoridades brasileiras poderão concentrar-se nos entendimentos com os bancos”, afirmou. O banqueiro disse que o acordo com o Brasil será “extremamente complexo”, mas previu que ele poderá ser alcançado em dois meses. Serão necessários mais dois meses para formalizar o acerto no papel e pelo menos outro tanto para preparar os contratos. Esse cronograma bate com o que a equipe econômica tem em mente.

Num cenário ideal, que pressupõe a confirmação da tendência de queda da inflação daqui para a frente e o aprofundamento do programa de estabilização econômica a partir de agosto, o ministro da Economia, Márcio Marques Moreira, quer que a volta plena do Brasil ao mercado financeiro mundial coincida com a assembléia anual do FMI, em Washington, na última semana de setembro.